

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.ª N.º 17_GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

GERALDO DA CRUZ ALMEIDA

ADVOGADO


GERALDO DA CRUZ ALMEIDA
CONSULTOR JURÍDICO - ADVOGADO
Tel: 261 60 46 - Fax: 261 48 43
e-mail: geraldodaCruz@gmail.com

Entre;

PRIMEIRA: ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**.

E


GERALDO DA CRUZ ALMEIDA, Advogado, com escritório e residente na Cidade da Praia, titular Cédula Profissional nº 166/06, NIF 151755612 adiante designado Segundo Outorgante

É celebrado o presente contrato de prestação de serviços, que se regerá pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a prestação, pelo Segundo Outorgante, dos serviços advocatícios no âmbito da Ação Declarativa com Processo Ordinário n.º 24/21-22, que é movida à Primeira Outorgante pelo Grupo Resort Hispania, S.L., e que corre os seus trâmites no Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista.
2. Incluem-se no objeto do presente contrato a prática, pelo Segundo Outorgante, dos actos inerentes à profissão de Advogado, designadamente

Página 2 de 5



GERALDO DA CRUZ ALMEIDA
CONSULTOR JURÍDICO - ADVOGADO
Tel: 261 80 48 - Fax: 261 48 43
e-mail: geraldodacruz@gmail.com

os previstos nos Estatutos da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, bem como os especificados na Procuração conferida pela Primeira Outorgante.

Cláusula 2.^a
(Prazo)

O presente contrato vigorará pelo prazo necessário à conclusão da lide, a contar da data da sua assinatura.

Cláusula 3.^a
(Obrigações do Segundo Outorgante)

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, da celebração do contrato decorrem, para o Segundo Outorgante, as seguintes obrigações:

- (a) Executar a prestação de serviços objeto do presente contrato na defesa dos direitos da Primeira Outorgante, desempenhando com zelo o mandato judicial conferido, com respeito a toda a legislação e regulamentação que lhe sejam aplicáveis;
- (b) Comunicar, de imediato, à Primeira Outorgante, quaisquer conflitos de interesses ou de deveres que possam comprometer ou afetar o cumprimento integral das suas obrigações;
- (c) Informar, de imediato, à Primeira Outorgante de quaisquer fatos de que tenha conhecimento e que possam ser considerados objetivamente relevantes para o cumprimento integral das suas obrigações;
- (d) Responder a qualquer incidente ou reclamação, suscitados pela Primeira Outorgante, relativamente à prestação de serviços, quando solicitado.
- (e) Cumprir o prazo acordado para a conclusão dos trabalhos, conforme estipulado na cláusula 2.^a do presente contrato;
- (f) Realizar encontros de trabalho com os representantes da Primeira Outorgante, quando se mostrar necessário.

Cláusula 4.^a
(Honorários)

1. Pela prestação de serviços objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o montante de 1.000.000,00 cve (um milhão de escudos caboverdianos), equivalente a uma carga horária de 100 (cem) horas conforme os termos da proposta

adjudicada, que faz parte integrante do presente contrato, montante que inclui o IRPS (Imposto Rendimento Pessoas Singular) à taxa legal em vigor,

2. Os preços estabelecidos constituem a única remuneração devida pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante nos termos deste contrato e compreendem todos os custos e despesas diretos e indiretos relacionados com a execução dos serviços, incluindo, custos referentes à mão-de-obra, materiais de consumo. O preço ora estabelecido inclui, as despesas de viagem que porventura a Segunda Outorgante irá incorrer.

Cláusula 5.^a
(Faturação e condições de pagamento)

1. Os serviços são faturados nos seguintes termos:
 - a) 50% do montante referido na cláusula anterior, com a entrega da contestação.
 - b) 50%, com a emissão da sentença, salvo se o tribunal sobrestar na decisão por prazo superior a um ano a contar da data da apresentação da contestação, sem prejuízo de o segundo outorgante continuar vinculado à prestação do serviço até ao trânsito em julgado da decisão emitida sobre o caso.
2. A Segunda Outorgante emite faturas em nome da Primeira Outorgante, enviando-as para a respectiva morada.
3. O pagamento dos serviços será efectuado no prazo máximo de 07 (sete) dias contados da receção das faturas.
4. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para conta da Segunda Outorgante.
5. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, a Primeira Outorgante deverá comunicar este facto à Segunda Outorgante, por escrito, e no prazo de 2 (dois) dias após receção da respectiva fatura, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários.
6. A falta de pagamento dos valores contestados não vence juros de mora nem justifica a suspensão da prestação dos serviços por parte da Segunda Outorgante.

Cláusula 6.^a
(Resolução de Diferendos)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa-fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o diferendo ou litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.

Cláusula 7.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pelas disposições do Código Civil vigente e demais legislação Cabo-verdiana aplicável.

Os Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

Este Contrato, constituído por 5 (cinco) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes.

Feito aos 4 de Abril de 2022

A Primeira Outorgante

ENAPOR, SA

Enapor
Portos de Cabo Verde

Eng.º Alcídio Nascimento Lopes
Presidente do Conselho de Administração

Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Administrador Executivo

A Segunda Outorgante

GERALDO DA CRUZ ALMEIDA

CONSULTOR JURÍDICO - ADVOGADO

Dr. Geraldo da Cruz Almeida

e-mail: geraldodacruz@gmail.com